

Matar a mãe: as palavras como rito fúnebre em Annie Ernaux¹

Fabrina Martinez

Resumo

Este texto é um exercício de imaginação que propõe a leitura de *Não saí da minha noite*, obra escrita por Annie Ernaux a partir do luto pelo adoecimento, envelhecimento e morte de sua mãe, como um rito de passagem. Começo sumarizando o papel e a importância que os saberes localizados desempenham nesta reflexão para, em seguida, sustentar como a maternidade e o luto podem ser entendidos como uma margem a ser explorada. Partindo das teorias e epistemologias feministas queer, este exercício está ancorado no trabalho de teóricas como bell hooks, Judith Butler, Adriana Bebiano e Ana Cristina Santos, além de Arnold van Gennep para pensar os ritos. Por fim, faço uma breve análise textual e discursiva numa tentativa de compreender como narrativas ancoradas no luto mostram como a literatura pode, nestes casos, ser um rito de passagem ancorado no indizível revelado: toda mãe morre.

Palavras-chave: luto; maternidade; ritos fúnebres; narrativas autobiográficas; Annie Ernaux

¹ Trabalho apresentado no 3º Colóquio Internacional de Pós-graduação em Estudos Feministas e de Género: Encruzilhadas e Horizontes, realizado em janeiro de 2025, pelo Doutoramento em Estudos Feministas da Universidade de Coimbra.

É a minha própria casa, mas creio que vim fazer uma visita a alguém.

Maria Gabriela Llansol

O passado se amplia quando não se faz pouco caso dele.

Sara Ahmed

1. Introdução

Em 1986, a escritora francesa Annie Ernaux, ao escrever sobre a morte de sua mãe, ocorrida no dia anterior, perguntou: “Será que vou conseguir sair desta dor?” (Ernaux, 2023, p. 76). São muitas as autoras que, separadas pelo tempo e pelo espaço, escreveram narrativas de não ficção em primeira pessoa a partir do luto pelo envelhecimento e morte de suas próprias mães. Há muitos pontos de similaridade entre essas obras e meu objetivo neste ensaio é refletir, ou tentar alcançar, como as autoras fizeram da palavra escrita um rito para matar e manter viva as próprias mães. A morte acontece em etapas. Começa no corpo e depois alcança outras esferas da vida dos vivos e dos mortos. A causa mortis é aquilo que acontece no corpo, provocada por causas internas ou externas e é necessário que um médico confirme que aquele corpo é um corpo morto. Quando isso acontece, a hora da morte de uma pessoa é verbalizada num ato médico e essa morte se repete na sociedade com a produção de documentos, como, por exemplo, o atestado médico; e nos costumes, com os ritos fúnebres. A morte acontece e se repete na linguagem. Considero que seja este o melhor momento para pontuar que este ensaio é um exercício de imaginação, reflexão e análise retirado de um trabalho ainda em construção, de uma investigação maior. Aqui, quero me concentrar em como e o que uma figura importante do feminismo ocidental — a escritora francesa Annie Ernaux —, escreveu a partir do luto e pensar como essa autora dá notícias desse estado de margem às pessoas vivas e, porque não, às mortas.

Começo este exercício de imaginação e análise sumando o papel e a importância que os saberes localizados desempenham nesta reflexão. Segundo, apresento como a maternidade e o luto podem ser entendidos como uma margem a ser explorada na leitura de obras em que o “Eu” que assina o livro está extremamente próximo do “Eu” que protagoniza a narrativa. Centrando-me especificamente na obra *Não saí da minha*

noite escrita por Annie Ernaux e publicada em 1997, faço uma breve análise textual e discursiva numa tentativa de compreender como as narrativas de mulheres que escrevem a partir da própria perda podem nos mostrar como a literatura pode, nestes casos, ser um rito de passagem ancorado no indizível revelado: toda mãe morre.

2.

Ao longo das últimas décadas, cinco para adotar uma precisão perigosa, podemos acompanhar o debate sobre os saberes localizados e seu impacto no fazer científico. Pensar em saberes localizados é pensar no que foi escrito, em 1995, por Donna Haraway: “algumas de nós tentamos manter a sanidade nesses tempos fraturados e fraturantes mantendo uma versão feminista da objetividade” (2009, p. 13), enquanto realizamos o trabalho teórico porque “o único modo de encontrar uma visão mais ampla é estando em algum lugar em particular” (Haraway, 2009, p. 33). Os saberes localizados são uma forma de repensar a objetividade no fazer teórico, mas também e sobretudo um posicionamento político, um reconhecimento da própria existência, da origem à morte. Pensar a partir dos saberes localizados é imaginar um mundo para além do hegemônico, da violência, do visível.

Em *Viver uma vida feminista*, a pesquisadora e ativista anglo-australiana Sara Ahmed (2022) afirma que, ao escrever esse livro, decidiu trabalhar com suas próprias experiências porque “o pessoal é teórico.” (2022, p. 27). Sua escolha considerou sua experiência de leitura dos trabalhos de bell hooks, Audre Lorde e Gloria Anzaldúa, autoras que desenvolveram “uma escrita inspirada pelo cotidiano: os detalhes de um encontro, de um incidente, uma celebração, são as fagulhas de um insight.” (Ahmed, 2022, p. 27). Ao admitir a influência dessas teóricas em seu pensamento crítico, Ahmed apresenta seu método e suas referências enquanto sustenta que “uma vida feminista ganha existência por meio da escrita” (2022, p. 130). Escrever é um ato de insubordinação. O ato de pensar a forma como as mulheres de diferentes classes, raças, ou sexualidades registram histórias que, normalmente, ficariam restritas ao ambiente doméstico e seriam contadas em reuniões familiares nos almoços de domingo ou datas festivas é transformadora porque nos permite olhar para o que tem sido feito, bem como, fazer uma revisão da literatura percebendo o que estas narrativas ocultam e mostram. Portanto, como as teorias escritas a partir de experiências de margem

poderiam nos ajudar a pensar como as pessoas são esquecidas, apagadas e silenciadas para atender as demandas da maternidade ou do luto, por exemplo?

A pesquisadora brasileira Maria Collier de Mendonça, no artigo “O Feminismo Matricêntrico e o Ativismo Feminista no Motherhood Initiative for Research and Community Involvement (MIRCI), liderado por Andrea O’Reilly”, de 2018, aborda o conceito de feminismo matricêntrico elaborado pela pesquisadora canadense Andrea O’Reilly e apresentado no livro *Matricentric Feminism: Theory, Activism, Practice*, publicado em 2016, no qual O’Reilly propõe a construção de uma teoria, política e prática feministas centradas nas experiências maternas, diferenciando a construção simbólica e institucional da maternidade da maternagem, que é o ato ou prática diária do cuidado, o que não se restringe às mães biológicas. A maternidade, enquanto instituição e em qualquer lugar do mundo, “consiste num conjunto de expectativas culturais ancoradas na tradição e traduzidas em normas jurídicas, políticas e práticas sociais com o objetivo de preservar o lugar indiscutível de uma perspectiva estrita da maternidade”, como afirmado pela socióloga portuguesa Ana Cristina Santos (2021, p. 253-254). Portanto, quando Mendonça (2016) expõe que para O’Reilly é fundamental dissociar as categorias “mulher” e “mãe”, ela não só sustenta que o feminismo matricêntrico tem como ponto de partida as necessidades e preocupações associadas entre essas categorias, mas também afirma que reconhecer a diferença entre elas é reconhecer o impacto direto delas nas dimensões psicológicas, sociais, econômicas, políticas e culturais das pessoas, afetando identidades e subjetividades, lembrando que tanto a categoria “mãe” e “mulher” são geralmente associadas à normatividade, heteronormatividade ou cisnormatividade, como apontado por Santos (2021). Pensar em maternidade é pensar como as pessoas são afetadas por essa instituição, direta ou indiretamente. No caso deste artigo, nas filhas de mães mortas.

O antropólogo franco-holandês Arnold van Gennep (2012), no livro *Os ritos de passagem*, publicado em 1909, afirma que “nada varia tanto com os povos, a idade, o sexo, a posição social do indivíduo quanto os ritos funerários.” (2012, p. 195) e reconhece o luto como “um estado de margem para os sobreviventes” (2012, p. 196), um período em que “os vivos e o morto constituem uma sociedade especial, situada entre o mundo dos vivos, de um lado, e o mundo dos mortos, de outro, da qual os vivos saem mais ou menos rapidamente” (2012, p. 196) considerando a proximidade entre as

peessoas, ou seja, tanto na esfera privada quanto pública, o luto é influenciado pelo parentesco. Quanto mais a sociedade considera próxima a relação entre as pessoas mortas e vivas, maior o respeito por aquele luto, por aquela margem. Aqui estou pensando no artigo “A margem como um espaço de abertura radical”, escrito pela autora estadunidense bell hooks (2019), em 1990, onde ela afirma que a prática científica que ela chama de perspectiva, ponto de vista, posição radical ou políticas de localização convoca “aqueles de nós que poderiam participar da formação de práticas culturais contra-hegemônicas a identificar os espaços nos quais damos início ao processo de revisão” (2019, p. 210). Em outras palavras, quando informamos o lugar de onde falamos e de onde parte nossa metodologia e método, damos início a uma revisão teórica que pode ser feminista, queer, antiracista, anti ou pós-colonialista, objetiva e enlutada.

Quando Ernaux (2023) questiona se um dia sairá da dor provocada pela morte da mãe, ela fala a partir de uma margem, de uma perspectiva localizada. Existem muitas possibilidades de respostas, mas começo com uma nota de rodapé feita por Judith Butler, filósofa norte-americana, em *A reivindicação de Antígona*, onde cita a pergunta do também filósofo franco-argelino Jacques Derrida: “e se a condição de órfão for uma estrutura do inconsciente?” (2022, p. 154). Embora sedutora, não é minha ambição trabalhar essa perspectiva a partir das disciplinas da psicologia ou psicanálise. A mim, por enquanto, importa pensar nas outras disciplinas e conhecimentos que podem ser revisitados a partir dos saberes localizados das filhas de mães mortas, portanto, esta investigação parte do reconhecimento da condição de órfã uma margem a ser explorada. O que é necessário para matar a mãe morta? Narrativas que abordam o envelhecimento e a morte da própria mãe poderiam ser entendidos como um rito fúnebre?

3.

A mãe de Annie Ernaux morreu na casa de repouso do hospital de Pontoise numa segunda-feira, perto das dez da manhã (2024, p. 7). Num dia de verão de 1983, ela sentiu-se mal e — depois de perceberem que ela estava sem comer ou beber há alguns dias, desorientada e com a memória falhando — foi diagnosticada com Alzheimer. No ano seguinte, ela foi internada definitivamente no local onde morreria tempos depois.

Entre os três anos que separaram a internação e a morte de sua mãe, Annie Ernaux, ao fim de cada visita, anotava tudo o que pensava, sentia ou percebia em cadernos e papéis soltos. Esses registros foram organizados como um diário e publicados num livro nomeado pela última frase que sua mãe escreveu: “Não saí da minha noite.” (Ernaux, 1997, p. 10). Dez anos antes, a escritora havia revisitado sua memória — mas não suas anotações — para narrar a morte da mãe, em outro livro, já em forma de autossociobiografia: *Uma mulher*, publicado em 1987 na França e em 2024 no Brasil.

É nesta obra, que começou a escrever 13 dias depois da morte da mãe, que Ernaux aprofunda seu trabalho sobre a dimensão social do luto e, a partir dele, consegue elaborar a trajetória de vida da mãe: uma mulher que nasceu no começo do século XX; trabalhou como operária desde os 12 anos; se esforçou para conciliar seu orgulho por sua vida profissional e independência financeira com a percepção pública de que mulheres de respeito não trabalham; casou-se e teve duas filhas sendo que primeira morreu ainda criança e a segunda, nascida anos depois, soube da existência e morte da irmã por acaso; abriu e administrou um mercadinho de bairro ao lado do marido até a morte dele, quando ela já estava na terceira idade; viúva, tentou morar com a filha e os netos por um curto período de tempo mas o distanciamento provocado pela ascensão social de Annie Ernaux criou uma fratura incontornável entre elas; voltou a morar sozinha até que precisou ser internada numa ala hospitalar, onde morreu. “Ela morreu. Sinto uma dor imensa.” (Ernaux, 1997, p. 75) e “não voltarei a ouvi-la” (1997, p. 76) foram algumas das palavras escolhidas pela autora para registrar a morte da própria mãe no dia em que ela aconteceu. Sobre o que veio a seguir, ela escreveu:

Terça-feira 8

Será que vou conseguir sair desta dor?

Todos os gestos me ligam a ela. Talvez esgotar essa dor, cansá-la, narrando, descrevendo. Não consigo reler as notas precedentes, demasiada dor. O que é terrível é a relação entre este dois anos e meio de decadência, em que ela se tornou próxima de mim, e a sua morte. Era novamente uma criança, mas não crescerá. O meu desejo a cada visita de a alimentar, de lhe cortar as unhas, de a pentear. (...) Horror só de imaginar um livro sobre ela. A literatura não tem poder nenhum. (1997, pp. 76-77)

O trecho acima é, além de uma escolha de leitura, também uma justificativa de porque escolher *Não saí da minha noite* (1997) como objeto principal. Ainda que a Ernaux explore a dimensão social e coletiva do luto em *Uma mulher* (2023), é no diário que estão os registros imediatos da perda. Antes de pensar no que Ernaux, quero pensar em como ela diz. Há tempos, críticos e teóricos da literatura debatem sobre o valor da forma e conteúdo da escrita diarística, quase sempre focado no excesso de “Eu” que esse gênero carrega e sua condição fronteira entre a ficção e não ficção. A crítica literária portuguesa Adriana Bebian afirma que a “ambiguidade na relação entre facto e ficção é típica de um número significativo de romances nossos contemporâneos.” (2003, p. 37) e que “a distinção entre o epistemológico e o ontológico não encerra o debate: afinal, as questões levantadas pela ficção pós-moderna continuam a ser, em larga medida, questões de natureza epistemológica” (2003, p. 51). Portanto, discutir o que existe entre ficção e não ficção é, neste caso, em especial, uma oportunidade de discutir o que podem e revelam os saberes localizados. Vamos começar pelo óbvio: escrever é trabalho na mesma medida em que o diário não é um repouso:

_____ a primeira imagem do Diário não é, para mim, o repouso na vida quotidiana, mas uma constelação de imagens, caminhando todas as constelações umas sobre as outras. Qualquer aprendiz imagético, quando sobe ao meu quarto e atravessa o meu escritório, tem o sentimento de que “um belo lixo de imagens se criou aqui”. Se for menos inocente dirá: “que belo luxo de imagens”. Eu diria: aqui está a raiz de qualquer livro (Llansol, 2009, p. 19).

No trecho que abre *Uma data em cada mão: O Livro de Horas*, o primeiro livro da série baseada nos mais de 70 cadernos de manuscritos de seu espólio, a autora portuguesa Maria Gabriela Llansol afirma que é preciso ser uma escritora para saber a diferença entre um manuscrito e um lixo, que se faz necessário um olhar atento e um baixo índice de inocência para perceber que ali há um livro. Como um ritual particular, Ernaux visitava a mãe e então escrevia. Esse é, de fato, um debate interessante, mas, para este momento e este espaço, quero concentrar meus esforços no tempo da narrativa e da narradora. Trata-se de um primeiro gesto, bem como, uma forma de atender e entender o presente. As primeiras anotações do diário começaram quando mãe e filha vão morar juntas e a autora registra em “em pedaços de papel, sem data”

(Ernaux, 2023, p. 8) o envelhecimento da mãe, sua relação e como ela se sentia diante desse afeto feroz: “Assustador constatar a que ponto a minha mãe sempre foi, para mim, a figura da morte.” (2023, p. 59). As anotações continuaram após as visitas no hospital. A quem devemos creditar essas frases: à autora consciente da vida secreta das palavras ou à filha imersa em dor escrevendo a partir do luto?

Pensar nesta escrita diarística, em especial a de Ernaux, é jogar luz sobre o lugar em que os fantasmas se encontram com os saberes localizados; em que o ser e o saber se encontram; assim como os vivos e os mortos. A escrita a partir do luto é uma escrita que parte da ruína e, pode ou não, ser uma escrita de reconstrução, de restituição. É um trabalho que se faz no tempo presente fora do tempo, um presente a partir da lembrança da filha e do esquecimento da mãe, um presente lembrado, ressentido e revivido. Um estado de margem para quem sobreviveu, tal como descrito por Arnold van Gennep. Enquanto escreve, Ernaux recria um tempo e um espaço em que a mãe, ainda que morta, permanece viva e junto dela. Não cabe a mim dizer se ela saiu de lá ou não, cabe a mim dizer o óbvio: a mãe de Ernaux morreu e, a partir deste fato, ela escreveu dois livros. Entretanto, é no diário que encontramos a gênese do trabalho da escritora: a dor da filha em estado bruto. Ainda que exista, e existe, o manejo da linguagem para transmutar o individual em coletivo, um trabalho que foi escrito “fora do tempo — a não ser, quiçá, o tempo de uma infância redescoberta —, fora de todo e qualquer pensamento, exceto: «É a minha mãe»” (Ernaux, 2023, p. 9).

4.

A literatura não pode impedir que uma mãe morra ao mesmo tempo em que permite que ela permaneça viva mas, para tanto, é preciso escavar a pessoa que habita a fissura entre o que é uma mãe e o que é uma mulher porque “entre a minha vida e a minha morte, só me resta ela, claramente” (Ernaux, 2023, p. 68). hooks afirma que nós “somos transformados, individualmente, coletivamente, à medida que criamos um espaço criativo radical que afirma e sustenta nossa subjetividade, que nos dá um novo lugar a partir do qual podemos articular nosso sentido de mundo.” (2019, p. 219). Escrever a partir do luto pelo envelhecimento ou morte da própria mãe é reescrever a mãe, escrever a mulher e trabalhar a escrita como um rito fúnebre. É o luto encarnado em

palavras. Há uma dimensão política que não pode ser apagada. Quando Ernaux escreve detalhadamente sobre o envelhecimento, a morte e o luto pela mãe essa torna todas essas questões visíveis. Hospitais e casas de repouso são, entre tantas coisas, ambientes controlados, restritos. Cada uma dessas linhas derruba as paredes e tira a morte da mãe da invisibilidade. Ainda são muitas as perguntas derivadas do olhar que direciono para os textos que as escritoras escrevem a partir da morte da própria mãe. Escrever é um ato de insubordinação que desafia as regras sociais, as normas da escrita e os limites da morte. Narrativas como *Não saí da minha noite* (1997) desempenham o importante papel político de tornar visível questões da vida e morte das mulheres com tudo que se encontra entre elas: maternidade, afetos, trabalho de cuidado e envelhecimento, por exemplo. Quando o indizível é revelado, ele se torna político.

É tempo de assumir algumas responsabilidades e fracassos. Por ser parte de um trabalho maior, esse texto concentra-se no exercício de imaginar possibilidades de mediação da leitura, de objetos e objetivos. É minha percepção, ao olhar para as palavras que Ernaux escolhe para falar da morte da mãe, que ela entende a escrita como um canal de registro, e de cura da mãe, de si e da relação delas. É a própria autora quem faz (outra) pergunta incontornável: “quando escrevia sobre ela depois das visitas, não seria para reter a vida? (Ernaux, 2023, p. 80). No trecho acima destacado, Ernaux aborda a motivação pelo luto, o peso de assistir o envelhecimento e a degradação da memória da mãe; a avaliação de para que serve a literatura, a presença da ausência, o trabalho de cuidado, a saudade, o silenciamento, a resistência e o silêncio. Em outro momento, ela escreve que a mãe “não queria limites, mas, devido à pobreza do seu meio, tinha os da religião, da moral puritana, suportes ou substitutos da dignidade.” (2023, p. 58), portanto, o que ela desejava e desejou para si foi ignorado pelo que é esperado de uma mulher, de uma mãe. O que faz essa escrita, assombrada pela presença da mãe e presença de sua ausência, senão abrir um espaço especial “entre o mundo dos vivos, de um lado, e o mundo dos mortos, de outro” (Gennep, 2012, p. 197)?

O que me interessa, por ora, é olhar os caminhos e apresentar as possibilidades, ainda que isso pareça — e de fato seja — insuficiente. Esta é a minha escolha. Se toda narrativa, assim como a vida, é feita de escolhas como olhar para um texto assombrado por uma perda que abala o entendimento de elementos fundadores da própria existência como a linguagem, por exemplo? Ernaux, que admite ter procurado o amor

da mãe em todo mundo (2023, p. 78), afirma que ao comparar o que está escrevendo em seu diário aos livros que já escreveu percebe a diferença e diz acreditar que “não é literatura o que escrevo” (2023, p. 78) mas, simplesmente, um “desejo de salvar, de compreender, mas acima de tudo salvar.” (2023, p. 78). Além de uma margem, o luto é a realidade em sua essência, a consciência absoluta do nunca mais. Ernaux nunca mais verá a mãe. Nunca abraçará a mãe. Nunca mais discutirá com a mãe. Nunca mais. Exceto no espaço que ela construiu para elas, na memória e na literatura.

Referências bibliográficas

- Ahmed, S. (2022). *Viver uma vida feminista*. Ubu Editora. (Trad. de Dias, J. P. Dias, M. Ruggieri, & S. Miranda)
- Bebiano, A. (2003). Biografias romanceadas: a história contada como delírio [Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra]. <https://hdl.handle.net/10316/751>
- Butler, J. (2022). *A reivindicação de Antígona*. Civilização Brasileira. (J. D. Pinheiro, Trad.)
- Ernaux, A. (2023). *Não saí da minha noite*. Porto Editora. (T. Ganho, Trad.)
- Ernaux, A. (2024). *Uma mulher*. Editora Fósforo. (M. Garcia, Trad.)
- Gennep, A. v. (2012). *Os ritos de passagem*. Editora Vozes. (M. Ferreira, Trad.)
- Haraway, D. (2009). Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, (5), 7–41. <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>
- hooks, b. (2019). Anseios: Raça, Gênero e Políticas Culturais (J. P. Dias, Trad.). In *A margem como um espaço de abertura radical* (pp. 209–221). Editora Elefante.
- Llansol, M. G. (2009). *Uma data em cada mão: livro de horas I (Lovaina e Jodoigne, 1972-1977)* (J. Barrento & M. E. Santos, Eds.). Assírio & Alvim.
- Mendonça, M. C. d. (2018). O Feminismo Matricêntrico e o Ativismo Feminista no Motherhood Initiative for Research and Community Involvement (MIRCI), liderado por Andrea O'Reilly. *III Jornadas do Legh: Feminismos e democracia*. https://www.nucleomaterna.org/_files/ugd/e7c51b_9af84a7867b644caa178c8b49d4afa7e.pdf
- Reinharz, S. (1992). *Feminist Methods in Social Research*. Oxford University Press.
- Santos, A. C. (2021). The Motherhood Regime and LGBTQI+ Reproductive Dissidence in Contemporary Portugal. In F. Bethencourt (Ed.), *Gendering the Portuguese-Speaking World: From the Middle Ages to the Present* (pp. 251–265). Brill. https://doi.org/10.1163/9789004459397_013